



SEÇÃO TEMÁTICA

Religião e neoliberalismo: a perspectiva da Igreja Universal do Reino de Deus sobre a crise financeira portuguesa e a política de austeridade (2010-2012)

Religion and neoliberalism: the Universal Church of the Kingdom of God's stance on the Portuguese financial crisis and austerity politics (2010-2012)

Ana Maria Santos*
Helena Vilaça**

Resumo: Neste artigo pretende-se analisar o discurso da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) em Portugal a propósito da crise económico-financeira portuguesa (2010-2014) e da execução do programa de austeridade, tendo presente a associação entre neopentecostalismo e neoliberalismo. O estudo está ancorado numa metodologia qualitativa assente na análise documental do jornal oficial da IURD, Folha de Portugal. São analisadas edições entre 2010 e 2012, período correspondente às principais reformas introduzidas pela política de austeridade. A opção teórico-metodológica afigura-se como um instrumento essencial para a compreensão da relação entre medidas políticas neoliberais e as narrativas da teologia da prosperidade.

Palavras-chave: Igreja Universal do Reino de Deus; neoliberalismo; neopentecostalismo; políticas de austeridade; Portugal.

Abstract: This article aims to analyze the discourse of the Universal Church of the Kingdom of God (UCKG) in Portugal regarding the Portuguese economic and financial crisis (2010-2014) and the implementation of the austerity program, bearing in mind the association between neopentecostalism and neoliberalism. The study is anchored on a qualitative methodology based on a documentary analysis of the official newspaper of the UCKG, Folha de Portugal. Editions between 2010 and 2012 are analyzed, a period corresponding to the main reforms introduced by the austerity policy. This theoretical-methodological option appears to be an essential instrument for understanding the relationship between neoliberal policies and the narratives of prosperity theology.

Keywords: Austerity policies; neoliberalism; Neo-Pentecostalism; Portugal; Universal Church of the Kingdom of God.

* Doutoranda em Sociologia (UPorto, Portugal). ORCID: 0000-0003-1281-9171 – contato: anama-riagsantos91@gmail.com

** Professora Associada com Agregação no Departamento de Sociologia da UPorto (Portugal). Doutora em Sociologia (UPorto, Portugal). Investigadora integrada do IS-UP. ORCID: 0000-0003-4966-6551 – contato: hvilaca19@gmail.com

Introdução

O Pentecostalismo representa uma das facetas mais importantes do protestantismo contemporâneo (Vilaça e Oliveira, 2019, pp. 197-198), em especial pela sua capacidade de crescimento e de proliferação geográfica. Teve início nos EUA, nos primeiros anos do século XX, expandindo-se à escala planetária, obtendo particular receção no sul global, com destaque na América Latina, em países como o Chile e o Brasil. As igrejas pentecostais focam-se no poder dos dons do Espírito Santo, nomeadamente o da cura, o da glossolalia e o da libertação de demónios, tendo como fundamento o relato bíblico da descida do Espírito Santo sobre os seguidores de Jesus na festa judaica do Pentecostes e os feitos realizados, a partir de então, pelos discípulos. Na segunda metade do século passado, irrompeu dentro do movimento pentecostal um novo tipo de teologia que veio a dar origem a novas ramificações. A fronteira entre igrejas pentecostais e outras evangélicas e igrejas neopentecostais nem sempre é clara. Aliás, é comum encontrar congregações diferenciadas dentro de uma mesma denominação, com matizes neopentecostais, dependendo dos pastores que as dirigem.

A diferença entre o pentecostalismo e o neopentecostalismo consiste na inclusão, por parte do segundo, de um “evangelho de sucesso”, acompanhado de uma maior secularização das normas de conduta e o recurso a instrumentos de comunicação como fator imprescindível para a transmissão dos seus preceitos. O aspeto primordial relativo ao sucesso resulta da construção de uma nova imagem e representação da figura de Cristo, assente nas ideias de sucesso espiritual e material (Vilaça e Oliveira, 2019, p. 198). Por isso é legítimo o crente ansiar por recompensas materiais e em vida. O dinheiro, a saúde, a fama, o consumismo, são objetivos teologicamente legitimados, não no sentido das primeiras seitas protestantes descritas por Weber, cuja obtenção de recompensas terrenas significaria um indicador de que pertenciam ao grupo dos eleitos e destinados à salvação. Para os calvinistas, enriquecer trazia implícita uma responsabilidade de mordomia pelos bens do Criador e um contributo para novas descobertas deste mundo, racionalmente concebido e arquitetado por Deus (Vilaça e Oliveira, 2019, pp. 197-198). O ascetismo intramundano é um dos elementos do tipo ideal de ética protestante e, nessa medida, os neopentecostais encontram-se nos seus antípodas, combinando um habitus religioso com um habitus económico neoliberal.

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), fundada no Brasil em 1977, é a mais emblemática do neopentecostalismo tanto em contexto brasileiro e latino-americano como europeu. Contudo, também incorpora elementos sincréticos do culto afro-brasileiro. Presente em Portugal desde 1989, ao contrário das minorias religiosas protestantes mais antigas, a IURD introduz uma novidade no campo religioso nacional: orienta-se segundo uma lógica de mercado e funciona, por isso, de um modo bastante competitivo. Neste artigo, procurar-se-á em primeiro lugar explicitar algumas das opções teórico-metodológicas tomadas ao longo da investigação (Santos, 2020)¹, fazendo

¹ Os dados empíricos apresentados neste artigo foram recolhidos no âmbito da pesquisa de uma dissertação de mestrado (Santos, 2020) em torno do discurso sobre a teologia da prosperidade da IURD na sociedade portuguesa no contexto económico e social da crise de 2010-2014.

de seguida uma breve contextualização da crise portuguesa de 2010-2014 e do plano de austeridade. Em segundo lugar, expor-se-á os dados encontrados na fonte primária consultada, o jornal *Folha de Portugal*, dividindo a exposição em duas partes: 1) diagnóstico das fragilidades portuguesas em três eixos; 2) a “crise como oportunidade”: o elogio ao empreendedorismo e à iniciativa privada.

Esta investigação partiu da discussão revitalizada recentemente por alguns autores que encontraram elementos comuns entre o neopentecostalismo e o neoliberalismo (Wilkinson, 2016; Wrenn, 2019), nomeadamente o *ethos* do consumo (Stolz e Usunier, 2016; Possamai, 2018), o empreendedorismo e o gerenciamento (Gauthier, Woodhead e Martikainen, 2013, p. 21). Embora se identifiquem múltiplas definições do neoliberalismo, este pode ser entendido tanto como um estágio no desenvolvimento capitalista (surgido a partir da década de 1970), uma política económica, um modo de governamentalidade, ou como uma ideologia. Na nova conceção de governamentalidade neoliberal, em que a sociedade aparece quase como uma “empresa constituída de empresas”² (Dardot e Laval, 2016, p. 321), a liberdade dos mercados e a obtenção de lucro são finalidades em si mesmas. Na política neoliberal regressa-se à proposta de reduzir a dimensão e o papel do Estado, por meio, por exemplo, de políticas de “consolidação orçamental”, isto é, focando-se na contenção da despesa pública, assim como por meio da privatização de empresas e setores públicos. No plano individual, a ideologia neoliberal pretende “moldar os sujeitos para torná-los empreendedores que saibam aproveitar as oportunidades de lucro e estejam dispostos a entrar no processo permanente da concorrência” (Dardot e Laval, 2016, p. 136). O sujeito ideal do capitalismo neoliberal é individualista, competitivo, autónomo e empreendedor. Segundo David Harvey, o fenómeno de neoliberalização logrou a “destruição criativa” de poderes institucionais do Estado-nação, das organizações laborais, de políticas redistributivas de riqueza e de solidariedade social (Harvey, 2005, p. 3). Além disso, operou a reconfiguração de costumes e modos de vida, projetando-se na própria religião. Isto é particularmente visível no fenómeno do (neo)pentecostalismo global.

Vários estudos revelaram como o aparecimento de inúmeras e bem-sucedidas igrejas neopentecostais coincide com a consolidação do paradigma neoliberal. Possamai considera que o “neopentecostalismo defende uma teologia da prosperidade que fornece uma justificação teológica para o neoliberalismo e que ignora a desigualdade estrutural” (Possamai, 2018, p. 26). Na obra coletiva organizada por Attanasi e Yong (2012) encontram-se exemplos de líderes destas igrejas a incitarem os fiéis a abdicarem de apoios sociais estatais, de familiares ou de amigos e a entregarem-se com fé nas mãos de Deus. Em suma, procura-se sustentar que existem afinidades entre o *habitus* neoliberal e o *habitus* neopentecostal, particularmente visíveis em aspetos como: 1) o consumo enquanto finalidade em si mesma; 2) a lógica do investimento; 3) o individualismo e a responsabilidade individual; 4) a crença na meritocracia.

2 Todas as citações de obras em língua estrangeira inseridas no texto são traduções das autoras.

Definição do problema teórico e metodologia

O objeto em análise recaiu sobre o discurso oficial da IURD em Portugal a propósito da mais recente crise económica e financeira portuguesa (2010-2014). Esta escolha justifica-se por a Universal (designação mais comum no Brasil) ser uma denominação proponente da corrente teológica intitulada teologia da prosperidade e por ser a igreja neopentecostal mais importante, pelo menos em quantidade de seguidores e dispersão territorial, no quadro nacional (Rodrigues e Silva, 2014, p. 7). Fundada no Rio de Janeiro, no último quartel do século XX, essa igreja, de vocação transnacional, tem-se evidenciado pelos seus projetos missionários globais de “missão reversa” (Mafra, 2002; Freston, 2013). Este fenómeno não se limita às grandes igrejas (neo)pentecostais, com uma estratégia de missionação e expansão bem definida. A missão reversa é multiforme. Por vezes tem como ponto de partida uma igreja local de denominações diversas – mesmo das evangélicas de missão – que pode, pelo menos temporariamente, apoiar membros com um chamado missionário. Outros vêm a título individual como imigrantes, conjugando a missionação com trabalhos seculares. Neste caso, ou procuram igrejas evangélicas portuguesas ou começam um trabalho com células (reuniões em casa). Embora tenham sido realizadas mais pesquisas sobre as missões internacionais da IURD, outras igrejas brasileiras, como a Catedral Mundial da Esperança e Vitória em Cristo ou a Igreja Pentecostal Deus é Amor, também adquiriram uma dimensão internacional (Mariz, 2009) através do envio de obreiros para outros países e continentes.

A escolha da IURD decorre de ser, no campo religioso português, das denominações com maior mediatismo (Mafra, 2002; Swatowski, 2020). Propõe-se aqui analisar o posicionamento da IURD em Portugal num período de crise económico-financeira (Santos, 2020). As crises, seja qual for a sua natureza, produzem na maioria daqueles que as vivenciam, instabilidade, incerteza, angústia e medo. Sabe-se também que, regra geral, o envolvimento em grupos religiosos reforça o sentido de comunidade e aumenta o capital social. Em Portugal, isto é ainda mais notório entre os grupos religiosos minoritários e, embora escasseiem pesquisas sobre o assunto, a IURD não é exceção. Há, portanto, uma relação direta entre o envolvimento em grupos religiosos e a aceitação de normas de reciprocidade e de cooperação mútua (Vilaça e Oliveira, 2019, pp. 108-109). Deste modo, torna-se relevante analisar as respostas institucionais religiosas numa crise coletiva, onde assumem um papel de destaque tanto novas práticas de assistência social e de defesa de equidade, como a elevação da autoestima e da adoção de um *ethos* individualista, por meio de um discurso neoliberal, como é o caso da IURD.

Aceitando a hipótese de que os programas de austeridade constituem impulsos da neoliberalização (Farnsworth e Irving, 2018), este artigo pretende analisar uma resposta institucional religiosa perante estas opções políticas. Dadas as consequências desta política económica e social, como foram a retração do investimento público e, consequentemente, do Estado social, do crescimento do desemprego e da precariedade laboral em Portugal (Reis, 2014), que narrativa construiu a Universal no que se refere à crise e à recessão portuguesas? Entre as interrogações que orientaram a investigação evidenciam-se: como refletiram as instâncias oficiais da igreja sobre o clima económico hostil? A IURD teve alguma tomada de posição em relação à política de austeridade

em Portugal? Qual a sua opinião quanto às causas e consequências da crise no tecido social português? Estas questões pretendiam confrontar o discurso público de uma denominação que abraça a teologia da prosperidade com uma realidade económica e social de crise e recessão, pelo crescimento do desemprego, do empobrecimento e mal-estar social generalizado. Para reconstituir o discurso oficial desta instituição, foi analisada a visão da sua hierarquia no que concerne ao contexto descrito. Examinar uma fonte documental oficial da instituição pareceu uma abordagem adequada para tratar o problema teórico de fundo. Explorando o conteúdo do jornal da Universal em Portugal (*Folha de Portugal*), foi possível reconstituir o seu discurso acerca da crise e da austeridade entre 2010 e 2012.

Tal como no Brasil, a IURD dispõe de um jornal próprio com periodicidade semanal em Portugal. A igreja tem o semanário *Folha Universal* no Brasil, e em Portugal o jornal existe desde 1992 como *Tribuna Universal*, tendo o nome mudado para *Folha de Portugal* (FP) no ano de 2003. A modificação de nomenclatura ilustra a capacidade deste grupo religioso de metamorfosear-se segundo os contextos locais (Oro e Tadwal, 2018), algo que também se coaduna com a estratégia do capitalismo neoliberal. Na cronologia em que foram analisadas as publicações do jornal, este assemelhava-se à imprensa generalista portuguesa. A redação do jornal tratava dos acontecimentos da atualidade portuguesa e internacional, incluindo colunas com entrevistas a figuras públicas, pequenos textos destinados a aconselhamento na esfera profissional e dicas para assuntos relacionados com a saúde, a beleza e o bem-estar. Existia também neste período um suplemento do jornal designado *Folha do Centro de Ajuda* (FCA). O conteúdo deste suplemento versava sobre as atividades e os serviços religiosos da IURD não só em Portugal, mas também noutros locais onde estava presente. No suplemento podiam ler-se as mensagens enviadas pelos bispos Edir Macedo e Júlio Freitas – este, à data, era o responsável pela evangelização em Portugal e na Europa. No FCA podiam também ser lidas entrevistas e depoimentos de membros da igreja.

De um modo geral, a produção académica sobre a IURD em Portugal foi levada a cabo por sociólogos e antropólogos e, como tal, focou-se em metodologias de natureza qualitativa como a etnografia, entrevistas, observação direta dos cultos, e menos na abordagem documental. Vários investigadores recorreram ao periódico da IURD mais como um método complementar nos seus trabalhos. A consulta desta fonte primária forneceu-lhes dados para as respetivas investigações, em particular quando o objetivo era apreender o posicionamento oficial da liderança eclesiástica sobre vários tópicos. Os trabalhos de Freston (1999) e Mafra (2002), por exemplo, através da consulta da imprensa da IURD, obtiveram dados sobre o crescimento da igreja em Portugal, assim como puderam resgatar discursos e declarações oficiais de bispos contidos em entrevistas feitas para o jornal da denominação. Um artigo de Marco de Sousa e Carlos de Carvalho (2014), focando-se na análise do discurso institucional, foi dos primeiros que optou pelo tratamento sistematizado e focado apenas nesta fonte primária. Para o nosso estudo, algumas leituras exploratórias do jornal permitiram detetar referências frequentes à crise económica e financeira, ao plano político de austeridade, ao (des)emprego, às carências sociais e ao empreendedorismo. Assim, foi possível analisar a visão da igreja em Portugal acerca destes tópicos, procedendo-se à inventariação das

notícias, reportagens, editoriais e mensagens dos bispos e pastores que referissem esses temas.

Embora a duração da crise em Portugal tenha sido entre 2010 e 2014, consultaram-se apenas edições do jornal acessíveis *online* entre outubro de 2010 e agosto de 2012. A opção de analisar apenas edições entre 2010 e 2012 prende-se com o facto de estes terem sido os anos iniciais da crise e da austeridade e, portanto, o período em que houve reformas mais impactantes. Afigurou-se importante analisar as temáticas do jornal ainda antes da intervenção da *Troika* em Portugal (2011), recuando a 2010, quando se começaram a sentir os efeitos da crise financeira internacional no país. A extensão do *corpus* documental analisado até 2012 justifica-se por ter sido o ano em que se procedeu a uma profunda reforma na Lei do Trabalho, orientada pelo princípio da flexibilização laboral. A metodologia de cariz qualitativo utilizada passou, então, por uma análise sistematizada da imprensa escrita da IURD, recorrendo à fonte primária *Folha de Portugal*. Recorreu-se ao método designado de *crítica histórica*, assumindo-se que os “documentos [...] são «testemunhas» que fornecem um «testemunho»” (Saint-Georges, 1997, p. 42). A imprensa, enquanto fonte escrita, espelha as opiniões de determinados grupos ou categorias sociais e, deste modo, pode constituir uma fonte para o estudo de fenómenos sociais. Partindo deste pressuposto, a abordagem seguida consiste na reconstituição das ideias e opiniões deste grupo religioso a partir da sua imprensa escrita.

Tratando-se de uma publicação semanal e, como tal, dispondo de um enorme volume de documentos, decidiu-se consultar exaustivamente todas as edições disponíveis (51) entre outubro de 2010 e outubro de 2011, fazendo uma leitura integral do conteúdo, para recolha de dados e também para a imersão e familiarização com a imprensa escrita da IURD. Concretamente, foi lido todo o conteúdo do jornal, incluindo o do FP e do FCA, independentemente de tratar ou não sobre a crise ou austeridade. Considerou-se importante fazê-lo uma vez que, nas leituras exploratórias, foi detetado material relevante nas notícias sobre os cultos semanais em templos da Universal, material constante apenas no FCA. Para o período entre outubro de 2011 e agosto de 2012 (Santos, 2020, p. 19), que corresponde ao momento em que se discutia a reforma laboral no país, pesquisaram-se igualmente todas as edições disponíveis *online*, mas foi definida uma amostra intencional. Ou seja, foram lidas na íntegra as notícias do FP (excluiu-se o FCA) cujos títulos indicassem tratar expressamente crise, austeridade ou reformas políticas. A título de exemplo, e considerando a amostra exaustiva de 51 edições no período de outubro de 2010 a outubro de 2011, verificou-se que, sobre empreendedorismo, somente 9 edições não expunham notícias ou testemunhos de pessoas com “espírito empreendedor”, ou as vantagens do empreendedorismo de um modo geral. Constatava-se, portanto, uma grande atenção dada a este tema constando em 82,4% das edições analisadas. Sobre (des)emprego e/ou precariedade somente 17 edições não mencionaram estes temas. Procurou-se, assim, compreender o posicionamento relativamente aos acontecimentos de natureza económica que estavam na ordem do dia e a ênfase atribuída à crise. Convém ainda referir que o responsável editorial, João Filipe, era simultaneamente o presidente da instituição em Portugal na cronologia em questão. Portanto, considera-se que o conteúdo publicado tinha uma linha editorial definida e autorizada pela hierarquia da igreja.

A crise portuguesa e o plano de austeridade

A crise financeira que teve início nos Estados Unidos da América em 2007-2008 gerou repercussões globais. Integrado no sistema financeiro global, Portugal deu os primeiros sinais de debilidade da sua economia logo em 2008. A crise, embora oficialmente declarada como terminada em 2014, teve efeitos de maior duração. O intervalo de tempo entre 2010-2014 foi, sem dúvida, o mais dramático porque vivido sob o princípio da austeridade. As implicações económico-sociais e mesmo políticas do chamado plano de “ajustamento estrutural”, vulgarmente conhecido como programa de austeridade, foram profundas. Entre 2008 e inícios de 2010, os Estados-membro da União Europeia procuraram responder à crise por meio de políticas de expansão orçamental. Contudo, em 2010 a estratégia de resolução da crise foi radicalmente alterada: da expansão orçamental passou-se à estratégia de consolidação orçamental, assente no combate ao défice e à dívida pública (Costa e Caldas, 2014, pp. 87-88). Entre março e setembro de 2010, o governo português em funções conseguiu a aprovação na Assembleia da República (AR) de três Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC). O último pacote de medidas conhecido como PEC IV (março de 2011) foi chumbado na AR. Perante o cenário de um provável colapso da economia portuguesa, foi requerida ajuda financeira externa. Em maio de 2011, o acordo entre o governo português e a *Troika* (Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia), designado por *Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica*, implicou um duro reforço da austeridade.

O programa de austeridade definiu, entre outras medidas: o agravamento de impostos para aumentar a receita pública; a flexibilização do mercado de trabalho com a pretensão de dinamizar a economia; a redução da despesa pública, focada largamente no encolhimento do financiamento público aos serviços e apoios para proteção social. O problema desta investigação não é, contudo, a crise ou a austeridade em si, mas o discurso da IURD sobre estas. Interessa, essencialmente, apreender como foram descritos e analisados no FP as repercussões da crise na economia e sociedade portuguesas.

Diagnóstico das fragilidades portuguesas em três eixos

Com o objetivo de sintetizar os aspetos de maior relevância, tendo como suporte os dados recolhidos, far-se-á agora um “mapa” de algumas ideias veiculadas no FP. O jornal cobriu amplamente questões como a crise, as medidas de austeridade e as respetivas consequências para o futuro da economia e da sociedade portuguesa. Na consulta efetuada, encontrou-se com regularidade o elogio ao empreendedorismo, à responsabilidade individual e à meritocracia.

Sobre-endividamento público

Tendo em conta o conteúdo entre 2010 e 2012, o jornal deu destaque às questões do endividamento e do défice público português. Frequentemente, o sobre-endividamento

do Estado e da sociedade era geralmente apontado como o principal fator para a origem da crise, no FP. Todavia, na obra *Economia Política do Retrocesso* afirma-se que “dificilmente se pode argumentar que o endividamento do Estado tenha sido a principal causa do endividamento da economia portuguesa – uma característica que [...] distingue Portugal da Grécia” (Reis et al., 2014, p. 65). O FP indiciava, contudo, em vários momentos, uma narrativa autoculpaabilizante, aproximando-se da perspectiva neoliberal na qual o elevado investimento público é geralmente visto como um prejuízo para as economias nacionais. Encontram-se aí afirmações como “o povo poupa e o Estado gasta” ou “nós pagamos, eles esbanjam” (Damásio, 2010a, pp. 10-11). O *Estado* aparece com regularidade como uma entidade mal definida e como sinónimo do poder executivo ou da Administração Pública. A crítica ao Estado atribuía-lhe a responsabilidade de constituir uma gigante máquina burocrática, despesista (Filipe, 2011a, p. 2), ineficiente (Barbosa, 2011a, p. 8) e, por vezes, até corrupta (Filipe, 2011b, p. 11).

Em determinados momentos, afirmava-se, ou deixava-se subentendido, que os impostos dos contribuintes eram mal geridos e canalizados para favorecer não os interesses nacionais, mas os interesses de alguns setores da Administração Pública. No FP indicavam-se os “milhões (de recursos) para as empresas públicas” (Damásio, 2011a, p. 10) como o fator preponderante para o elevado défice e dívida pública de Portugal. Isto era aliado à atribuição de fraca credibilidade à integridade política na gestão desses recursos públicos, ideia que desembocava não raramente na afirmação da necessidade económica de se implementarem medidas de austeridade. As peças jornalísticas eram bastante críticas do funcionamento da Administração Pública. Recorria-se no semanário a acontecimentos situados para extrapolar e apontar as regularidades no (mau) funcionamento dos serviços e dos recursos financeiros públicos. Um exemplo disso foi a notícia sobre a Câmara Municipal de Elvas que em 2010, após ter sido aprovado o Orçamento Geral do Estado para o ano de 2011 (congelando salários na Administração Pública), autorizou um aumento salarial para os seus trabalhadores. A esse propósito, o editor do FP escreveu:

este episódio caricato vem mostrar muito bem como funcionam os organismos públicos no nosso País, ou seja, *fica no ar a sensação de que é cada um por si e de que os dinheiros públicos são geridos ao belo [sic] prazer de cada um*. Mais uma vez, se prova que: *«o que não custa a ganhar, não custa a gastar»* (Filipe, 2010a, p. 2, aspas do autor, itálico nosso).

A aparente desconfiança sobre a credibilidade do setor público aparecia às vezes de maneira mais óbvia. Foi exemplo disso uma declaração do editor do jornal, onde explicava a razão pela qual o novo primeiro-ministro Pedro Passos Coelho (Partido Social-Democrata) solicitara uma auditoria às nomeações para cargos públicos que o seu antecessor José Sócrates (Partido Socialista) havia feito. Com essa auditoria pretender-se-ia

trazer alguma moralidade ao setor público, que sempre foi visto como um «ninho» que alberga os amigos, colegas de partido e familiares (Filipe, 2011b, p. 11, aspas do autor, itálico nosso).

Não é apenas a classe política a ser alvo destas caracterizações generalistas e pouco abonatórias da Administração Pública (Santos, 2020, p. 120-121). Uma notícia de

março de 2011 destacava os funcionários públicos no tema da inspeção das baixas médicas por doença. Uma parte do texto da notícia em destaque continha o seguinte:

o Estado português está a apertar a «malha» da fiscalização das baixas médicas dos *funcionários públicos*, pois existem *muitos a utilizar mal e de forma abusiva este direito* (Filipe, 2011c, p. 11, aspas do autor, itálico nosso).

O editor João Filipe afirmava em determinado momento que estas baixas médicas fraudulentas representariam um custo de 4 milhões de euros para o Estado português, e que a cifra total de baixas médicas falsas entre janeiro e outubro de 2010 teria sido de 67.485 euros. Depara-se noutras fontes jornalísticas dados semelhantes aos apresentados pelo FP. Todavia, a diferença-chave está justamente na proeminência dada à Função Pública neste jornal, embora os números e valores aí apresentados não se referissem apenas à Função Pública, mas à totalidade das baixas médicas fraudulentas no país, incluindo as do setor privado. Verifica-se, deste modo, uma argumentação que transmite o ponto de vista de que este problema é mais predominante entre os funcionários públicos. Nos programas neoliberais encontra-se a mesma ideia: a ineficácia na gestão pública, o laxismo na fiscalização dos serviços públicos, que redundam em desperdício de recursos e gastos desnecessários. Embora o autor do artigo não apresentasse dados que sustentassem esta ideia, aproveitava o momento para retomar a ideia de que

o mais importante é que o *emprego dos dinheiros públicos deve ser mais rigoroso*, para que, [...] o défice da República portuguesa possa, de facto, diminuir pelo lado certo, ou seja, no da despesa, e assim deixe de ser necessário o aumento da já pesada carga fiscal (Filipe, 2011c, p. 11, itálico nosso).

Resumindo, parece haver no FP uma preponderância para atribuir a responsabilidade sobre o défice e a dívida pública portuguesas à suposta ineficiência do setor público (ausências dos trabalhadores, aumentos salariais “não-autorizados”, greves, etc.) que representaria um excessivo custo para o erário público. A solução seria a mesma proposta pelo programa neoliberal da austeridade: maior eficiência, cortes e moralização do setor público para iniciar a redução do défice.

Uma economia pouco dinâmica e pouco competitiva

Encontrou-se ainda no jornal da IURD alguma preocupação acerca do fraco dinamismo económico português. Em 2011, referia-se o facto de grande parte das empresas portuguesas serem de pequena dimensão. Considerava-se que muitas delas não seguiram a evolução tecnológica, os seus negócios eram pouco sofisticados e de baixo valor acrescentado e, por isso, mantiveram-se pouco competitivas (Damásio, 2011b, p. 10). Defendia-se, por esse motivo, a utilização em larga escala das tecnologias de informação e de comunicação (publicidade, estudos de mercado, etc.) para que as empresas portuguesas prosperassem (Filipe, 2011d, p. 11).

Há, contudo, outros fatores que, segundo o jornal, poderiam representar um certo “peso” na economia nacional, inclusive para a produtividade e a competitividade: 1) os feriados e os fins-de-semana e respetivos prejuízos económicos que podiam acarretar; 2)

os direitos dos trabalhadores, como o direito à greve, especialmente num momento de recessão e crise económica. Numa notícia de 2010 procura-se inclusivamente quantificar essas perdas: “37 milhões de euros por cada dia de descanso” (*Folha de Portugal*, 2010, p. 4.) Verifica-se uma fixação do FP com parâmetros de produtividade e competitividade e com os efeitos que os dias de férias, feriados, ou finsdesemana tinham na economia. O editor do semanário regressou em 2011 ao tema da despesa pública resultante dos feriados e tolerâncias de ponto (dispensa de comparência ao serviço): em 2010 esta situar-se-ia entre 680 e 850 milhões de euros (Filipe, 2011e, p. 10). Tendo os funcionários públicos usufruído de tolerância de ponto antes do feriado de 1 de maio, isso teria um prejuízo económico para Portugal de 20 milhões de euros. João Filipe censurou essa decisão do primeiro-ministro José Sócrates, dizendo que a tolerância de ponto era “algo que não deveria sequer ter acontecido”. Noutra notícia, o editor declarou que a existência de greves em plena recessão económica não era oportuna (Filipe, 2012a, p. 11). Não negando o valor do direito à greve, Filipe invocou o impacto económico que estas paralisações acarretavam (Santos, 2020, p. 125). Sugeriu que, além de serem uma inconveniência para os utentes dos serviços, podiam significar reduções na faturação das empresas e, por isso, conduzir a problemas de liquidez, pondo em causa o próprio salário dos trabalhadores.

Desemprego e precariedade laboral

No que concerne ao tópico do emprego, Sara Damásio escreveu em 2011 sobre o desajustamento crónico entre as habilitações e as ocupações profissionais dos portugueses (Damásio, 2011b, p. 10). O elevado desemprego, em particular entre os jovens, poderia estar relacionado com o elevado número de jovens licenciados, isto é, por Portugal ter um grande número de sobre qualificados em “áreas incompatíveis” com as necessidades do mercado, como Psicologia ou Línguas. Em contrapartida, a autora entendia haver carência de técnicos em áreas como a Engenharia ou as “ciências exatas”. Constatam-se, no FP, no que respeita à caracterização do emprego e qualificação profissional, algumas contradições. Enquanto este artigo se centrava no excesso de qualificação, noutras peças jornalísticas abordava o reduzido grau de escolaridade dos portugueses se comparado com o de outros países europeus (Damásio, 2011c, p. 10), e o respetivo impacto na competitividade económica.

Consciente do desemprego crescente no país, um artigo de 2012 destacava o papel que a Lei n.º 23/2012 teria como estratégia de resolução. Entendia que esta fomentaria o crescimento da produtividade, da competitividade e, portanto, do emprego em Portugal através da flexibilização laboral. Este foi, de resto, o argumento dado pelo governo para implementar as medidas de austeridade. Na análise feita pelo autor deste artigo, aludia-se só à rigidez do Código do Trabalho ainda vigente, constrangedor do dinamismo laboral (Filipe, 2012b, p. 11). João Filipe reproduzia, desta maneira, o discurso da *Troika*, atribuindo uma quota-parte da responsabilidade na subsistência de uma alta taxa de desemprego à lei laboral portuguesa. No FP abordava-se igualmente o problema dos desempregados e dos trabalhadores precários. Mesmo que se reconhecesse

as tribulações na procura de emprego, não se procurava examinar a problemática do desemprego priorizando as condicionantes externas, fora do controlo dos indivíduos, como o contexto de profunda recessão económica. A propósito deste problema, o editor focava a *responsabilidade*, o *empenho* e a *escolha* individuais (Santos, 2020, p. 128):

embora ter um trabalho temporário não seja uma boa solução, sempre é melhor do que estar em casa no desemprego, já que neste caso a pessoa acabará por se acomodar [...]. Se preferir ficar a lamentar-se e a viver à base de subsídios, então, com certeza, dificilmente irá conseguir progredir e acabará por culpar o Mundo pelo seu insucesso (Filipe, 2011f, p. 2, itálico nosso).

É comum encontrar no FP o julgamento de que a precariedade é melhor do que o desemprego. As pessoas devem adaptar-se à realidade e, assim, internalizar a instabilidade profissional. Nesta espécie de hierarquia profissional da atualidade, o desemprego é o “fundo do poço” de cada indivíduo. Não é visto como uma consequência de um contexto económico recessivo, mas é visto como uma *escolha* que somente alguém que não se empenha se permite fazer. Na verdade, noutra artigo desse mesmo número do jornal, a questão era justamente colocada nestes termos: “Desempregado ou temporário? A escolha é sua!!!” (Vaz, 2011, pp. 6-7). Esta linguagem utilizada no jornal parece agir como uma estratégia de ressemantização de algo negativo para algo positivo. O trabalhador *descartável* da sociedade neoliberal mencionado por Harvey (2005, pp. 168-170), sem vínculos laborais, sem grande margem de negociação no mercado de trabalho, sem perspectivas de carreira a longo prazo, torna-se, no FP, no trabalhador *dinâmico e versátil*, capaz de navegar na instabilidade da nova ordem económica e social neoliberal.

A “crise como oportunidade”: elogio ao empreendedorismo e à iniciativa privada

Procurou-se, em termos sucintos, expor o diagnóstico apresentado pelo FP em relação aos principais problemas que Portugal enfrentava no momento da crise. Conseguimos também encontrar algumas pistas apontadas para a sua resolução. Todavia, em determinados artigos do jornal sublinhou-se que as medidas políticas apenas podiam não ser a solução para a crise e para a recessão económica. Era necessário que todos, individualmente, fizessem a sua parte. Cada indivíduo era responsável por si mesmo, pelo progresso da sua situação pessoal, pelo seu sucesso profissional, familiar ou emocional. A apologia da autonomia e responsabilidade do indivíduo é outro aspeto crucial na ideologia neoliberal. Este foco na responsabilidade individual não deixa de integrar os princípios da ética protestante weberiana. Aliás, já em 2008, quando os primeiros impactos da crise financeira global chegavam ao país, Gracino Junior assistia a reuniões em templos da IURD em Portugal e ouvia um pastor a aconselhar a sua assembleia de fiéis sobre técnicas para ultrapassar a crise (Gracino Junior, 2016, p. 79). Embora as transformações a nível coletivo tivessem de ser tomadas no plano governamental, cada pessoa teria de assumir a responsabilidade pela sua circunstância individual. Num dos seus editoriais em 2010, João Filipe escrevia que

pior do que a situação externa é o interior de cada indivíduo. [...] Esquece-se, muitas vezes, *aquelas pessoas que conseguiram vencer e que, apesar de terem perdido o emprego, deram a volta por cima, começando os seus próprios negócios* e passando de desempregados a empresários de sucesso (Filipe, 2010b, p. 2, itálico nosso).

Encontra-se amiúde no jornal a noção de que os acontecimentos na vida de cada um, seja no plano familiar ou profissional, deve-se sobretudo à sua disposição pessoal e não ao contexto económico, social ou político em que está inserido. Num editorial de 2011, insistia-se que

embora estas *medidas* [austeridade] sejam pesadas, são, de facto, *necessárias*. (...) É necessário apresentar cortes na despesa (...) [que] também passa pelos benefícios que os portugueses recebem. [...] O mais importante [...] é que *cada pessoa tente mudar o rumo* da sua vida, *não ficando à espera que os governantes o façam por elas* (Filipe, 2011g, p. 2, itálico nosso).

Um dos aspetos mais interessantes e reveladores do alinhamento ideológico da Igreja Universal no que diz respeito à crise e à austeridade é a premissa de que esta

pode ser sinónimo de oportunidade, mas tudo depende de como a viver. Afinal, as crises quando surgem alteram a perceção do mercado em quase todas as áreas, que vão desde exigir novas competências, a uma maior adaptabilidade e flexibilidade (Damásio, 2011d, pp. 6-7, itálico nosso).

Neste artigo estava em destaque a frase: “a crise criou mais 600 milionários em Portugal”. Ou seja, vê-se de forma explícita a crise interpretada como um período pleno de oportunidades para quem souber ou quiser aproveitá-las, e não como um período de retrocesso ou dificuldade económica (Santos, 2020, p. 134). Em 2012, João Filipe afirmou mesmo que as crises fazem os milionários, criticando a síndrome de “crise aguda” de que se sofria em Portugal. Não devia esta ser a norma porque a crise “não deixa de ser um momento de oportunidade [...]”. *É nestes momentos que aumenta o número de milionários e fortunas*” (Filipe, 2012c, p. 2, itálico nosso). A apologia incansável ao empreendedorismo, à responsabilidade individual e à meritocracia no FP aponta para o alinhamento entre o posicionamento da IURD e a lógica neoliberal. Na interpretação iurdiana não há contextos económicos e sociais desfavoráveis que impeçam o sucesso individual. O verdadeiro obstáculo ao emprego, à estabilidade financeira e ao bem-estar dos indivíduos é a sua própria incapacidade em encontrar soluções e caminhos para a prosperidade. O trabalhador independente, temporário e precário, estaria na verdade numa posição favorável para arriscar e investir.

Em várias peças do jornal é inquestionável a noção de meritocracia. A Universal formula uma versão própria desta crença, como demonstrado por Abreu (2017), abraçando uma espécie de teologia da meritocracia. Os problemas sociais e económicos como a pobreza ou o desemprego não são tidos tanto como problemas estruturais da sociedade portuguesa, mas antes como problemas individuais daqueles que não conseguem adaptar-se à realidade. Através da análise documental que foi feita ao FP, encontrou-se com regularidade o elogio ao empreendedorismo, à responsabilidade individual e à meritocracia e, portanto, verificou-se a sintonia entre o *habitus* neopentecostal da IURD e o *habitus* neoliberal.

Conclusão

Em síntese, entre 2010 e 2012, no *Folha de Portugal* fazia-se um retrato de um país sobre endividado, que durante décadas gastou muito acima das suas possibilidades e que, mesmo sendo pouco competitivo, permitia-se consumir mais recursos do que aqueles que gerava. Fazia o retrato de um país onde o setor público não fez uma administração competente dos seus recursos, onde o peso do Estado era superior àquele que seria ideal e onde o mercado laboral estava mergulhado em constrangimentos (inclusive legais) que impediam o dinamismo económico. Por estas razões, o jornal apresentava a política de austeridade como algo inevitável, uma necessidade económica e não como uma opção política. Mesmo reconhecendo a indispensabilidade de medidas governativas para corrigir excessos na despesa pública e para afrouxar constrangimentos que dificultavam o dinamismo económico, realçava-se, de igual modo, a responsabilidade individual e o empreendedorismo como soluções para a crise. Nesta perspetiva, é clara a defesa que se fez no FP da ideia de meritocracia e de empreendedorismo, dado que entendia que o (in)sucesso depende não de condicionantes estruturais económicas e sociais, mas do esforço e empenho de cada pessoa.

No entanto, não pode ser escamoteado o facto de que, num momento coletivo de desalento profundo, a IURD não deixou de comunicar uma mensagem que contribuía para o combate a uma inércia depressiva dos seus fiéis ou frequentadores. Lembre-se que o estudo de 2011 sobre as identidades religiosas dos portugueses, realizado em plena crise, revelou que, genericamente, as minorias religiosas predominantemente constituídas por um número significativo de imigrantes manifestavam uma esperança relativamente ao futuro mais elevada do que a população católica (22,8%) ou os indivíduos sem religião (16%) (Vilaça, 2013, p. 107). Perto de 60% dos muçulmanos e dos ortodoxos e quase metade dos evangélicos (IURD incluída) estavam confiantes e, para a maior parte, o motivo do seu otimismo não advinha de uma cosmovisão teológica da prosperidade. Os grupos religiosos são, acima de tudo, instituições produtoras de sentido. A sua procura está longe de se balizar unicamente pela interiorização acrítica do *ethos* neoliberal, preconizado pela IURD, ou por razões de natureza instrumental onde se avaliam custos e benefícios, tal como postula redutoramente a teoria da escolha racional (Gracino Junior, 2016). As igrejas e outras comunidades religiosas são também espaços ritualizados que proporcionam interações e relações sociais, recriam vínculos e possibilitam pertenças diferenciadas. A pesquisa que esteve na base deste artigo baseou-se na análise documental das mensagens do emissor. Fica o desafio para, através do acionamento de outras estratégias técnico-metodológicas, observar o recetor, tentando perceber a sua interpretação dos enunciados, as suas ações e sentido a elas atribuído.

Referências

ABREU, Nayara dos Santos. “Magia” Neopentecostal e “Espírito” Neoliberal. 130f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

ATTANASI, Katherine; YONG, Amos (Ed.). *Pentecostalism and Prosperity: The Socio- Economics of the Global Charismatic Movement*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FARNSWORTH, Kevin; IRVING, Zoë. Austerity: Neoliberal dreams come true?. *Critical Social Policy*, v. 38, n. 3, London, pp. 461-481, 2018.

FRESTON, Paul. *The Future of Pentecostalism in Brazil: The Limits to Growth*. In: HEFNER, Robert W. (Ed.). *Global Pentecostalism in the Twenty-First Century*. Bloomington: Indiana University Press, 2013, pp. 63-90.

GAUTHIER, François; WOODHEAD, Linda; MARTIKAINEN, Tuomas. Introduction: Consumerism as the Ethos of Consumer Society. In: GAUTHIER, François; MARTIKAINEN, Tuomas (Eds.). *Religion in Consumer Society: Brands, Consumers and Markets*. Farnham: Ashgate, 2013, pp. 1-24.

GRACINO JUNIOR, Paulo. *A Demanda por Deuses: globalização, fluxos religiosos e culturas locais nos dois lados do Atlântico*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

HARVEY, David. *A Brief History of Neoliberalism*. New York: Oxford University Press, 2005.

MAFRA, Clara. *Na Posse da Palavra: Religião, conversão e liberdade pessoal em dois contextos nacionais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

MARIZ, Cecília. Missão religiosa e migração: “novas comunidades” e igrejas pentecostais brasileiras no exterior. *Análise Social*, vol. 44, n. 190, Lisboa, pp. 161-187, 2009.

ORO, Ari Pedro; TADVALD, Marcelo. A Igreja Universal do Reino de Deus no espaço público religioso global. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. 36, Porto, pp. 51-69, 2018.

POSSAMAI, Adam. *The i-zation of Society, Religion, and Neoliberal Post-Secularism*. Singapore: Palgrave Macmillan, 2018.

REIS, José; RODRIGUES, João; SANTOS, Ana; TELES, Nuno. Compreender a crise: a economia portuguesa num quadro europeu desfavorável. In: REIS, José (Org.). *A Economia Política do Retrocesso: Crise, Causas e Objectivos*. Coimbra: Almedina, 2014, pp. 21-85.

RODRIGUES, Donizete; SILVA, Marcos. Imigração e pentecostalismo brasileiro na Europa: o caso da Igreja Universal do Reino de Deus. *Revista Angolana de Sociologia*, n. 13, Mangualde, pp. 97-113, 2014.

SAINT-GEORGES, Pierre de. Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios económico, social e político. In: ALBARELLO, Luc et al. *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 1997, pp.15-47.

SANTOS, Ana Maria. A Teologia da Prosperidade num país em crise e sob o regime de austeridade: a perspectiva da Igreja Universal do Reino de Deus. Dissertação de Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2020.

SOUSA, Marco Túlio de; CARVALHO, Carlos Alberto de. Narrar, lembrar, esquecer: Os 35 anos da Igreja Universal na Folha Universal e na Folha de Portugal. *Estudos em Comunicação*, n.º 17, [s.l.], pp. 143-166, 2014.

STOLZ, Jörg; USUNIER, Jean-Claude. Religions as Brands: New Perspectives on the Marketization of Religion and Spirituality. In: USUNIER, Jean-Claude; STOLZ, Jörg (Eds.). *Religions as Brands: New Perspectives on the Marketization of Religion and Spirituality*. Oxon, New York: Routledge, 2016, pp. 3-26.

SWATOWISKI, Claudia. Avoiding Stigmas and Building Bridges: The Universal Church of the Kingdom of God in Portugal. In: BALKENHOL, Markus; BLANES, Ruy Llera; SARRO, Ramon (Eds.). *Atlantic Perspectives: Places, Spirits and Heritage*. New York, Oxford: Berghahn Books, 2020, pp. 111-128.

VILAÇA, Helena. Novas paisagens religiosas em Portugal: do centro às margens. *Didaskalia*, vol. 43, n.1-2, Lisboa, pp. 81-114, 2013.

VILAÇA, Helena; OLIVEIRA, Maria João. A religião no espaço público português. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2019.

WILKINSON, Michael. The Prosperity Gospel and the Globalization of American Capitalism. In: DREHER, Sabine; SMITH, Peter J. (Eds.). *Religious Activism in the Global Economy: Promoting, Reforming, or Resisting Neoliberal Organization?*. London: Rowman & Littlefield International, 2016, pp. 57-72.

WRENN, Mary V. Consecrating Capitalism: The United States Prosperity Gospel and Neoliberalism. *Journal of Economic Issues*, v. 53, n. 2, pp. 425-432, 2019.

Fontes

37 MILHÕES de euros por cada dia de descanso. *Folha de Portugal*, Lisboa, 12 dez. 2010, p. 4.

BARBOSA, Isabel. 2011a. Menos postos de trabalho, mais despesa. *Folha de Portugal*, Lisboa, 28 ago., 2011, p. 8.

DAMÁSIO, Sara. 2010a. O povo poupa e o Estado gasta. *Folha de Portugal*, Lisboa, 31 out., 2010, pp. 10-11.

DAMÁSIO, Sara. 2011a. Os milhões para as empresas públicas. *Folha de Portugal*, Lisboa, 11 dez., 2011, p. 10.

DAMÁSIO, Sara. 2011b. Emprego (des)ajustado. *Folha de Portugal*, Lisboa, 25 set., 2011, p. 10.

- DAMÁSIO, Sara. 2011c. Sabemos menos e ganhamos pouco face ao resto da Europa. *Folha de Portugal*, Lisboa, 2 jan., 2011, p. 10.
- DAMÁSIO, Sara. 2011d. Crise: a ferramenta para o sucesso. *Folha de Portugal*, Lisboa, 18 set., 2011, pp. 6-7.
- FILIPPE, João. 2010a. Incrível!. *Folha de Portugal*, Lisboa, 14 nov., 2010, p. 2.
- FILIPPE, João. 2010b. Ficar ou mudar?. *Folha de Portugal*, Lisboa, 21 nov., p. 2.
- FILIPPE, João. 2011a. Os “elefantes” do Euro. *Folha de Portugal*, Lisboa, 24 jul., 2011, p. 2.
- FILIPPE, João. 2011b. Mudam-se os Governos, mantém-se os “tachos”. *Folha de Portugal*, Lisboa, 7 ago., 2011, p. 11.
- FILIPPE, João. 2011c. Baixas fraudulentas. *Folha de Portugal*, Lisboa, 20 mar., 2011, p. 11.
- FILIPPE, João. 2011d. As novas tecnologias ao serviço do desenvolvimento. *Folha de Portugal*, Lisboa, 13 nov., 2011, p. 11.
- FILIPPE, João. 2011e. Tolerância de ponto, uma prática corrente. *Folha de Portugal*, Lisboa, 1 mai., 2011, p. 10.
- FILIPPE, João. 2011f. Trabalho temporário: bom ou mau?. *Folha de Portugal*, Lisboa, 12 jun., 2011, p. 2.
- FILIPPE, João. 2011g. Troika começa a doer!. *Folha de Portugal*, Lisboa, 4 set., 2011, p. 2.
- FILIPPE, João. 2011h. SAD’s com passivo elevado!. *Folha de Portugal*, Lisboa, 9 jan., 2011, p. 13.
- FILIPPE, João. 2012a. As greves são um direito, mas podem não ser a solução. *Folha de Portugal*, Lisboa, 8 jan., 2012, p. 11.
- FILIPPE, João. 2012b. Leis do trabalho vão mesmo mudar. *Folha de Portugal*, Lisboa, 24 jun., 2012, p. 11.
- FILIPPE, João. 2012c. Mudança de mentalidade. *Folha de Portugal*, Lisboa, 24 jun., 2012, p. 2.
- VAZ, Carla. Desempregado ou temporário? A escolha é sua!!!. *Folha de Portugal*, Lisboa, 12 jun., 2011, pp. 6-7.

Editora responsável: Alfredo Teixeira

Submetido em: 08/11/2021

Aprovado em: 28/02/2022